

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Odilon Filho – PEM.

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:

Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Chico Mozart – PRP; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

Deputado Francisco Flamarion Portella – PTC;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Naldo da Loteria – PSB;
Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Zé Galeto – PRP.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL:

Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Odilon Filho – PEM; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas:

Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

Deputado Zé Galeto – PRP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC; e
Deputado Gabriel Picanço – PRB.

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias:

Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e
Deputada Lenir Rodrigues – PPS.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Francisco Flamarion Portella – PTC;
Deputada Ângela Águida Portella – PSC; e
Deputado Naldo da Loteria – PSB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

Deputada Ângela Águida Portella – PSC;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS; e
Deputado Masamy Eda – PMDB.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Deputado Gabriel Picanço – PRB;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jânio Xingu – PSL; e
Deputado Brito Bezerra – PP

Comissão de Ética Parlamentar:

Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.
Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz – PTN; e
2º - Deputado Francisco Flamarion Portella – PTC.

Comissão de Defesa do Consumidor:

Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Francisco Flamarion Portella – PTC;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Evangelista Siqueira – PT.

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Telefone: (95) 3623-6665 | (95) 4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

Atas Plenárias

- Ata da 2529ª Sessão Ordinária - Íntegra

02

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

**ATA DA 2529ª SESSÃO, EM 30 DE AGOSTO DE 2016.
52º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =**

PRESIDÊNCIA DO SENHOR PRESIDENTE JALSER RENIER.

As nove horas do dia trinta de agosto de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quinquagésima vigésima nona Sessão ordinária do quinquagésimo segundo período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Convido o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** para atuar como Segundo-Secretário *ad hoc*. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Chicão da Silveira** - Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discutir-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Ofício nº 244, de 22/08/16, da Governadora do Estado de Roraima, recomendando limite de despesas a esta Casa Legislativa, conforme critérios fixados nos artigos 43 e 44 da Lei nº 1005, de 27/07/15, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2016.

Ofício Circular nº 025, de 24/08/16, da Secretária-Chefe Adjunta da Casa Civil, encaminhando cópia do Ofício nº 100/2016/PRE-RR/MPF com recomendação da Promotoria Eleitoral da 5ª Zona, referente à propaganda eleitoral nas eleições municipais de 2016, para conhecimento.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de 24/08/16, do Deputado Zé Galeto, encaminhando ao Governo do Estado, em caráter de urgência, para manutenção da RR 321, localizada na região do Bom Intento, Zona Rural do Município de Boa Vista.

Indicação s/nº, de 25/08/16, do Deputado Soldado Sampaio, encaminhando ao Governo do Estado para que envie a esta Casa Legislativa Projetos de lei que instituem piso salarial dos profissionais da saúde no âmbito do Estado de Roraima das respectivas categorias que especifica, no termo da minuta anexa.

Indicação s/nº, de 29/08/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado para reforma da Escola Estadual João Vilena, localizada na Vila Vilena, Município de Bonfim-RR.

Indicação s/nº, de 29/08/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para instalação de centrais de ar e reforma do muro da Escola Estadual São Francisco, localizada na Vila São Francisco, Município de Bonfim-RR.

Indicação s/nº, de 29/08/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para reativação da Escola Estadual Barão do Rio Branco, localizada na BR 401, na região da Vila do Tucano, Município de Bonfim-RR.

Indicação s/nº, de 29/08/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma da Escola Estadual Padre Calleri, localizada no Km 500, Novo Paraíso, Município de Caracarái-RR.

Requerimento s/nº de 16/08/16, do Deputado Masamy Eda, requerendo o desarquivamento do Projeto de Lei nº 085/15 para fins de consulta ao inteiro teor do referido Projeto.

Ofício nº 042, de 23/08/16, da Deputada Lenir Rodrigues – Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Lazer, informando a realização de Audiência Pública no dia 29/08/16, às 15h, no Plenário Valério Magalhães desta Casa, solicitada pelo Secretário de Estado da Saúde, para apresentação do Relatório Detalhado do 1º Quadrimestre, referente ao exercício de 2016.

Memorando nº 163, de 25/08/16, da Deputada Lenir Rodrigues, comunicando sua ausência na sessão Ordinária do dia 25 de agosto do corrente ano.

Memorando nº 077, de 25/08/16, do Deputado Jorge Everton, comunicando sua ausência na sessão Ordinária do dia 25 de agosto do corrente ano.

DIVERSOS:

Ofício Circular nº 006, de 22/08/16, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN, encaminhando demonstrativos com a projeção da Receita Corrente Líquida para 2017, Planilha da Receita por Natureza, Planilha de Distribuição do FPE e a Projeção do Teto Orçamentário, visando subsidiar a elaboração do Plano Anual de Trabalho e da Proposta Orçamentária para o exercício 2017.

Ofício nº 041, de 25/08/16, da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual, informando relação de instituições governamentais/ entidades que participarão das discussões na Audiência Pública a ser realizada no dia 06/09/16, às 14h30, no Plenário desta Casa de Legislativa.

Carta s/nº, de 20/08/16, da Assembleia Extraordinária da Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIR, ao Presidente desta Casa e à Deputada Lenir Rodrigues – Presidente da Comissão de Educação da ALE/RR, contendo solicitações para melhorias na execução da educação escolar indígena.

Comunicado nº AL026519, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Euclides da Cunha, no valor de R\$ 5.300,00.

Comunicado nº AL026670, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Tancredo Neves, no valor de R\$ 1.820,00.

Comunicado nº AL026671, de 18/07/2016, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Isete Evangelista Albuquerque, no valor de R\$ 4.370,00.

Comunicado nº AL026672, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Indígena Dukuzzy Sebastião, no valor de R\$ 1.600,00.

Comunicado nº AL026673, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Indígena Vovó Tereza da Silva, no valor de R\$ 1.450,00.

Comunicado nº AL026674, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha, no valor de R\$ 6.100,00.

Comunicado nº AL026675, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Rodrigues, no valor de R\$ 5.600,00.

Comunicado nº AL026676, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal José David Feitosa Neto, no valor de R\$ 2.040,00.

Comunicado nº AL026677, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação da Escola Estadual Indígena Madre Conceição Dias, no valor de R\$ 2.410,00.

Comunicado nº AL026678, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Eurico Mandulão, no valor de R\$ 2.600,00.

Comunicado nº AL026679, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Nova Monte Muriá II, no valor de R\$ 2.720,00.

Comunicado nº AL026680, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Santa Mônica, no valor de R\$ 1.640,00.

Comunicado nº AL026681, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Presidente João Pessoa, no valor de R\$ 1.990,00.

Comunicado nº AL026682, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Eduardo Ribeiro, no valor de R\$ 1.560,00.

Comunicado nº AL026683, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vovó Tetinha, no valor de R\$ 1.920,00.

Comunicado nº AL026684, de 18/07/16, do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Laucides Inácio de Oliveira, no valor de R\$ 8.630,00.

Comunicado nº AL026685, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Coronel Mota, no valor de R\$ 1.880,00.

Comunicado nº AL026686, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Aureliano Soares da Silva, no valor de R\$ 1.820,00.

Comunicado nº AL026687, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal indígena Ko Ko Ermelinda Raposo da Silva, no valor de R\$ 1.400,00.

Comunicado nº AL026688, de 18/07/2016, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Indígena Ignes Benedicto, no valor de R\$ 1.290,00.

Comunicado nº AL026689, de 18/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Leila Maria da Silveira, no valor de R\$ 1.390,00.

Comunicado nº AL089335, de 28/07/2016, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria de Lourdes Dias de Abreu, no valor de R\$ 1.400,00.

Comunicado nº AL089336, de 28/07/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Indígena Francisca Gomes da Silva, no valor de R\$ 1.330,00.

Comunicado nº AL089337, de 28/07/2016, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Indígena Clemente dos Santos, no valor de R\$ 1.480,00.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, há dois oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Convido o Deputado **Izaías Maia** para fazer uso da palavra.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** - Senhor Presidente demais parlamentares aqui presentes, público em geral. Tendo em vista os últimos acontecimentos no sistema prisional, há denúncias de violências e ação truculenta praticadas por policiais na PA, fiz vários pronunciamentos aqui pedindo harmonia, e o fato de pedir harmonia no sistema prisional, muita gente não me entendeu por achar que eu estava defendendo bandidos, eu não defendo bandidos, bandidos tem que pagar pelo crime que cometeram, lembro-lhes que, porém mais perigoso que seja o bandido ele tem seus direitos garantidos por lei. Naquela ocasião eu dizia que tinha o objetivo de evitar violência no sistema prisional, muitas pessoas podem até não dar importância, mas os reeducandos que estão ali dentro têm ramificações aqui fora, eles têm famílias e membros do seu próprio grupo, e enquanto o policial está dentro de quatro paredes, seja em qualquer setor do sistema prisional, pode meter a peia, atirar e bater, agora quando ele sai, está sozinho e é cercado por bandido aí a coisa se inverte, fica difícil para o policial, carcereiro e militar do sistema prisional. Então, quando eu me refiro a um entendimento para que não haja derramamento de sangue: Ontem eu fui procurado por um Major da Polícia Militar dizendo que o que eu estou falando é a pura verdade, e ao falar que estava sendo seguido por um carro preto, disse que estava tomando as providências. E ainda assim as pessoas continuam com o pensamento de que eu estou defendendo os bandidos, mas não é, eu estou defendendo a vida dos policiais que estão ali trabalhando. Aí as pessoas questionam porque eu estou afirmando que está defendendo os policiais! Está aqui na minha mão, prestem atenção no que eu vou ler, se for mentira, é mentira do Ministério Público do Estado, e eu não acredito que ele trabalhe com a mentira, tem um Relatório do MP que diz o seguinte: Uma investigação feita pelo MP de Roraima apontou que 90% dos presos de Roraima têm envolvimento com o crime organizado, as facções criminosas, o primeiro comando da capital o PCC, originária de São Paulo; comando vermelho do Rio de Janeiro, e família do norte do Amazonas dominam os presídios do Estado. Conforme o MP, cerca de 1700 detentos do sistema prisional de Roraima, das quais pelo menos 1400 têm ligação com facções criminosas. Diz o Ministério Público, de acordo com as investigações, a primeira a instalar filial do crime organizado em Roraima foi o PCC em 2013,

a cúpula da facção de São Paulo nomeou o traficante de alta periculosidade, o Délio de Oliveira, vulgo Sumô que cumpre pena em regime fechado sob custódia de Piraquara no Paraná, para liderar a célula da organização do Estado do Paraná. Sumô ordenava, por meio de ligação telefônica, como a facção deveria agir em Roraima, o criminoso fazia relatório dos crimes praticados, determinava ou aceitava punições e, eventualmente, cobrava das filiações o batismo de novos membros que pagavam quatrocentos reais por mês para fazer em parte de facção que lucra duzentos e oitenta mil só com a mensalidade dos integrantes. Diz o Ministério Público que, parte do dinheiro arrecadado pelo PCC com a prática de crimes dentro e fora dos presídios de Roraima era utilizado para compra de armamento, o restante era enviado para a cúpula em São Paulo, intitulada “chefia-geral”, ou cidade proibida, a mais alta graduação. Para ordenar os crimes de dentro do presídio, os detentos utilizavam cerca de 100 celulares de duas operadoras. As facções criminosas só não dominaram totalmente os presídios porque não aceitam o ingresso de presos homossexual e os condenados por estupro, integrantes que são batizados nas organizações são nomeados com novas alcunhas de presos para fazer parte das facções. Os presos do PCC e do comando vermelho são identificados com símbolos de times de futebol no corpo, conforme as investigações por meio do dinheiro arrecadado pelo crime organizado, a facção também oferece dinheiro, fornece advogados particulares e cestas básicas aos familiares dos presos. No ano de 2013, dois advogados foram denunciados por suposta associação ao crime organizado, e o MP estima que ao menos cinco advogados atuem a favor de integrantes do PCC no Estado, quase 100 presos foram acusados de integrarem a organização do PCC em Roraima e estão sendo investigados pela primeira vara de crimes de tráfico de drogas e organização criminosa. O processo está em fase final de instrução com a entrega de alegações finais por parte do MP e da Defesa dos acusados. A previsão é que a sentença seja definida até o final do ano, os criminosos foram denunciados pelo MP Roraima que, após investigação feita por integrantes do grupo de operações de atuação especial e combate ao crime organizado GAECO, constatou a participação da facção criminosa na prática do comércio ilegal de armas de fogo, tráfico de drogas, roubos, extorsões, lavagem de capitais e homicídios todos cometidos no Estado. Os presos respondem por associação criminosa e tráfico de drogas, se condenados, podem permanecer presos em regime fechado por até 8 anos, se somadas as penas de todos os acusados o tempo de prisão pode passar de 500 anos. A apuração dos crimes cometidos por integrantes do PCC em Roraima teve início pelo MP por meio de denúncias feitas pelo MP de São Paulo e de documentações encaminhadas pela Polícia Rodoviária Federal em 2013. A partir do desdobramento das investigações para elucidar os crimes de tráfico de drogas e associação ao tráfico no Estado, a PF em Roraima deflagrou uma operação em 2014, quando prendeu vários integrantes da organização. Durante a investigação, a Polícia Federal constatou a estruturação dos quadros funcionais da facção criminosa suas lideranças e integrantes batizados nos anos de 2013 a setembro de 2014 os denunciados associaram-se estruturalmente, dividindo suas tarefas com o objetivo de obter vantagem mediante prática de diversos crimes, as acusações que recaem sobre eles são: de comércio ilegal de armas de fogo, tráfico de drogas, roubos e extorsões, lavagem de capitais e homicídios, mediante armas de fogo, a fim de praticar crime de entorpecentes que causam dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com a determinação legal regulamentar.” Este é o Relatório do Ministério Público. E por este motivo, eu peço quanto possível o entendimento dentro do sistema prisional, porque lá fora é uma coisa, e os que por ventura venham a agredir um presidiário serão presas fáceis para os integrantes dos comandos que existem. Agora, se esse relatório, crédito que seja verdadeiro, e isso cabe a todos os senhores analisarem e verem se é verdadeiro ou não, porque é do Ministério Público do Estado de Roraima. Portanto, e somente o entendimento pode evitar a violência e o derramamento de sangue dentro e fora da PA, inclusive de familiares que trabalham ali.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Deputado Izaías, para colaborar com seu pronunciamento, quero dizer que eu tive a oportunidade de participar de uma reunião em Manaus com o ex-Prefeito da capital, o Deputado Serafim Correa e ele me relatou um caso gravíssimo acerca do que Vossa Excelência está dizendo aqui. No Comando Militar da Amazônia, no triângulo onde forma a fronteira do Brasil via Amazônia com a Colômbia e o Peru, Quito e Letícia, o Governo Federal criou um dispositivo para controlar o tráfico de drogas, o problema da ASFAC, (que está se aproximando de uma solução pacífica) e o problema do contrabando de armas para abastecer as grandes capitais do Brasil. Então, eles passaram, há um ano e meio, a monitorar por meio de um sistema muito parecido com o sistema adotado nos aeroportos brasileiros, no qual você passa e é filmado, tanto no entroncamento da fronteira dos 3 países, como no brasileiro. Isso estava nas mãos da Polícia Federal, que tinha dificuldade de colocar os policiais em quantidade suficiente para que fizessem essa cobertura faltava recursos para manter os policiais no local. O exército assumiu para si e, com isso, reduziu acentuadamente a entrada de armas e drogas por Tabatinga, via Quito e Letícia. O ex-Prefeito disse que,

conforme palavras do comandante, houve um deslocamento da entrada pela Venezuela que ocasionou a vinda desses comandos para o nosso Estado. Só para contribuir com o vosso pronunciamento, e fazer com que o povo saiba qual situação é grave e a situação quanto e grave a situação em relação a entrada de armamento para abastecer o tráfico e as grandes capitais além do problema das drogas que passam pelo nosso Estado, que serve de corredor de exportação de drogas para outros Estados do nosso país.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Quando eu falo em entendimento no sistema prisional é protegendo aqueles que ali trabalham, cada um cumpre a sua parte protegendo também os direitos dos reeducandos, porque há leis que protegem também os reeducandos e protegendo principalmente a sociedade porque um cara que está dentro do sistema prisional e já demonstrou que é fácil entrar e sair, ele sai revoltado mata um, dois ... tanto faz, e a sociedade também fica refém. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores presentes à sessão. O assunto que me traz ao plenário é com relação à reunião do Parlamento Amazônico que nós, os Deputados que participamos conseguimos praticamente montar a pauta da próxima reunião relacionada ao tema que apresentei sobre regionalização do ENEM e o tema que Vossa Excelência apresentou sobre o problema energético na região Amazônica e principalmente no Estado de Roraima, pelo não início da interligação do Linhão do Tucuruí para o nosso Estado. Em relação à regionalização do ENEM, deputada Ângela, a Senhora que é professora, a UFAM no Amazonas já adota o sistema do ENEM. Todos os cursos da UFAM não têm mais vestibular. O ano retrasado, apenas dois amazonenses passaram para o curso de medicina para UFAM; ano passado, um em 40 vagas. Se nós nos alertarmos, a tendência das universidades federais, por pressão do governo federal, pela instalação do ENEM em todos os Estados. Essa é a preocupação. O seu filho estuda em São Paulo, na melhor escola da América do Sul, aí quem estuda numa escola pública no meu estado e vai competir com meu filho, a probabilidade de passar é nenhuma. É cruel. Esse negócio de beneficiar o pobre, as famílias mais pobres do nosso país, não é verdade. O ENEM foi criado para beneficiar uma elite, a classe média alta, das grandes capitais do Brasil que vem concorrer nos pequenos estados, tirando a oportunidade dos nossos filhos. Eu estou levantando esses dados para que a gente possa apresentar na próxima reunião do Parlamento Amazônico e que a gente possa também levar para a UNALE em nível nacional para que o governo brasileiro mude essa sistemática cruel dos Estados, pois não está beneficiando exatamente aqueles que mais precisam do ENEM.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Angela Portela** – Deputado Joaquim, quero parabenizá-lo. O senhor tem essa preocupação há bastante tempo e em relação aos que os alunos para que tenham uma oportunidade de, ao sair do ensino médio no nosso Estado, possam alcançar esse degrau. Querem ser um acadêmico de universidade, de preferência uma universidade pública, já que a universidade pública vem com essa questão da universalização da educação, e aí eu gostaria de lhe sugerir para levar também à reunião do Parlamento Amazônico, não só essa questão que realmente é muito pertinente. O senhor tem razão quando diz que ela elitizou, porque o ENEM, que, no momento em que ele dá oportunidade para que o candidato, tendo as melhores notas do vestibular nacional, possa escolher a universidade que ele vai cursar em qualquer lugar do Brasil, o que isso significa? Que é a peneira da peneira. Quando não era universalizado, fazia o vestibular lá em São Paulo, Rio Grande do Sul, lá onde ele tinha estudado e aí ficava por lá, mas agora, não, abriu-se a oportunidade para que ele possa concorrer em todos os estados. Quer dizer, eu não consegui em São Paulo, eu vou para Manaus para Boa Vista, para o Acre, enfim, mas a grande preocupação, além dessa questão muito bem colocada, que realmente merece uma atenção especial do parlamento. Quanto à educação de base, Deputado Joaquim, nós precisamos fazer com que os gestores do nosso país tenham a consciência de que se constrói educação pensando desde o pré-escolar. Nós conseguimos alijar nossos alunos, conseguimos deixar nossos alunos incompetentes, sem condições sequer de cumprir com o que preconiza a educação que é tornar o aluno crítico, independente, protagonista da sua própria história, autônomo, desde quando? Se a construção do conhecimento não lhe é permitida. Então, a educação de base deve estar com prioridade também nessas discussões. E aí, o senhor, que é professor e tem essa preocupação muito louvável, leve e assumo também essa bandeira, mais uma para sua vida, sua carreira, para o senhor se sentir fazendo a diferença, e eu tenho certeza que o senhor tem a sensação do dever cumprido durante seus mandatos, sua luta, pela educação e pelas crianças e adolescentes. Essa atitude não é diferente daquela, quando o senhor foi prefeito de Iracema, teve a preocupação de oportunizar às crianças. Portanto, sejamos justos aqui, de reconhecer a sua luta. Então, quero parabenizá-lo, dizer que a gente está à disposição, Deputado Gabriel que também tem participado do Parlamento Amazônico, juntos coloquem essa pauta como prioridade e que, realmente, os outros parlamentares na UNALE, também assumam essa bandeira para a gente contar uma nova história. Obrigada.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Peça que o aparte da Deputada Ângela seja incluído no meu pronunciamento. Obrigado, Deputada Ângela, pela contribuição. Concedo aparte ao Deputado **Gabriel Picanço**.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Obrigado, Deputado Joaquim. Senhor Presidente, demais colegas, colaboradores desta Casa. Parabenizo o Deputado Joaquim, a sua preocupação, é nossa também, para que os nossos jovens tenham a oportunidade também de ter suas vagas garantidas nas universidades dos seus estados. O senhor pode observar, quando abrem um curso de medicina, a grande maioria dos alunos são de outros estados que estão muito mais adiantados com o ensino. Então, quem sofre somos nós que, quando precisamos de médico para os interiores, não os temos disponíveis. Isso acontece porque se formam, a maioria deles, ou quase a totalidade, vai embora. Então, quero me juntar ao seu pronunciamento, desde já pegar, como número um, uma das pautas da próxima reunião do parlamento, com referência ao ENEM e outra que eu não poderia deixar de relatar é a preocupação energética. Peça que Vossa Excelência interceda junto aos nossos colegas, junto às presidências das nossas Casas Legislativas, pois somos 09 Estados da federação brasileira que compõem a Amazônia, que os colegas também abracem e olhem com carinho o sistema energético do Estado, pois estamos com a nossa energia comprometida para o funcionamento das nossas indústrias, dos hospitais, mesmo das nossas residências em todo o Estado de Roraima. E de conhecimento de toda população que o Parlamento Amazônico tem muito a contribuir com essa nossa demanda, que é de extrema urgência para que possamos resolver definitivamente o sistema de energia no nosso Estado. Então, parabenizo e me junto a Vossa Excelência para que possamos ter êxito nessa empreitada. Obrigado Deputado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Para os Senhores terem uma ideia, quando apresentamos a proposta no Parlamento Amazônico, dois professores universitários, Deputado Luiz Castro e o candidato a prefeito de Manaus, Serafim, foram de imediato contra. Quando eu comecei apresentar os dados principalmente os do Estado deles, mostrando a situação da UFAM, mostrando a situação do curso de Mecatrônica, que é um curso só em Manaus, e das 30 vagas, 28 são do Rio de Janeiro, de Minas, São Paulo, imediatamente eles passaram a defender a nossa proposta, tivemos o apoio integral de todos os Deputados. Foi por unanimidade, Rondônia, Amapá, Acre, Amazonas, Pará, todos, inclusive levaram a proposta para os seus Estados. Depois Deputado Gabriel, que terminou o parlamento, eu fui convidado para fazermos uma exposição sobre esse tema, que é muito complexo, na TV Rio Negro, depois na rádio difusora. O Presidente da Assembleia é o dono da rádio difusora, na rádio foi muito bacana, inclusive gente de Roraima está estudando lá com dificuldades. Uma moça do Caroebe me ligou, dizendo que está estudando, pegando o FIES, indo para uma universidade paga, para depois de formada pagar, pois não teve a oportunidade de estudar numa escola pública, por falta de vaga, os ricos estudam nas escolas particulares de nível médio... Deputada Aurelina, a senhora que tem filho médico, sabe da dificuldade de formar um filho que não são dois, são quatro. A Senhora sabe, como mãe, a dificuldade de quem mora em Roraima, para dar uma formação melhor para os nossos filhos. Aliás, na rádio difusa, eu praticamente não falei, porque foram telefonas um atrás do outro nas duas horas de programa. Foi um negócio bacana, porque antigamente o pessoal levava vaia e a gora a sociedade brasileira, principalmente, da nossa região começa a entender que é preciso a gente mudar. Não é admissível, Deputada Aurelina, veja bem os dados, 385 mil alunos do Estado de São Paulo fazendo ENEM No último, agora, os dados do MEC, menos de 60 mil na Amazônia toda não têm como competir. Não adianta dizer que o nosso ensino é igual. Nós não somos iguais. Deputado Aurelina, Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos, têm mais mestres e doutores do que todos os Estados que compõem a Amazônia. Aí, eu pergunto à Deputada Ângela, como é que nós vamos melhorar o nosso ensino, se nós ainda precisamos de professores com pós-graduação, professores com mestrados. A senhora que lutou tanto em 2014 para que a gente aprovasse um plano. A senhora sabe a luta para colocar a 892 se não me falha a memória, o plano de cargos e salários, o que a gente tinha para ajustar, quando ainda tinha professores na sala de aula sem uma graduação de nível superior

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Estava falando, Joaquim, sobre o seu discurso de tantos anos, a sua bandeira, a nossa do Estado, o ENEM é isso aí, as oportunidades da nossa região são mínimas, no Estado de Roraima menores ainda. Semana passada, estive na educação pegando os dados do senso, que tenho no meu gabinete. Eu Peguei uma informação, são 14.700 alunos indígenas, e nós temos cerca de 1800 professores. Quer dizer, nós temos uma média de alunos por professor, são sete alunos por professor nas comunidades indígenas, vocês já imaginaram o que é isso? Quando você busca a qualificação, a maior parte dessas pessoas são pedagogos que precisam e querem uma graduação em disciplinas específicas, e quando vemos um estado como o nosso com tantas dificuldades financeiras em manter um corpo docente especializado é que sentimos nossa impotência para fazer algo, não dá nem para começar. Por isso, parabenizo-o por seu

pronunciamento, tenha certeza que essa sua bandeira é a nossa também e é a mais importante para o estado de Roraima. Obrigada!

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Obrigado, Deputada Aurelina, voltaremos a este tema posteriormente com mais dados que estou levantando. Antes de encerrar, gostaria fazer um apelo a esta Casa, considerando que vamos começar a discutir o orçamento do Governo Federal, em nível nacional, e o orçamento do estado de Roraima. Conheço seu perfil, seus sonhos e sei da sua grandeza em saber diferenciar as oposições. Estou na oposição, mas sou a favor do Estado. Vamos começar a discutir o orçamento, fiz o apelo ao líder do Governo para criarmos uma comissão suprapartidária. Solicitei ao governo do estado para que as emendas parlamentares passem como contrapartida para as emendas parlamentares federais que possam vir para nosso estado. Porque o que está acontecendo é que o estado não tem recursos para contrapartida de uma série de emendas, Deputado Jalsner. Se conseguirmos fazer isso a gente consegue, também, através da sua coordenação e liderança do Poder Legislativo, coordenar uma reunião com a bancada federal, suprapartidária, para que consigamos no próximo orçamento, e olha que o orçamento federal está tão difícil quanto o estadual, com um déficit de 137 bilhões de reais, e se nós não tivermos a inteligência de ver onde tem um recurso mínimo de investimento no orçamento do Governo Federal, poderemos passar por uma crise ainda pior no próximo ano. Mas, se tivermos a inteligência de nos unirmos em benefício do estado, eu me proponho a participar e dar apoio para resolvermos, por exemplo, o problema prisional do nosso estado. Se pegarmos, como modelo de Santa Catarina e Paraná, fazendo pequenas cadeias públicas para atender de 60 a 80 presos, teremos um número mínimo de pessoas para trabalhar nessas cadeias, porque elas passam uma segurança total aos agentes carcerários e nela tudo é terceirizado para esse tipo de modelo de cadeia pública. Com isso, tiraremos do sufoco a nossa penitenciária. Podemos buscar emendas, através do Projeto Calha Norte, que será um dinheiro seguro, podemos buscar emenda no Ministério da Justiça entre outros.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Deputado Joaquim, gostaria de parabenizá-lo por seu pronunciamento, ao mesmo tempo dizer que estamos tristes porque nós sabemos que o Estado de Roraima não cumpre com seus deveres previstos na Constituição Federal. Seu discurso é para um estado que tem prosperidade, para um estado que cresce, que vê a redenção, mas o estado de Roraima não cumpre com o duodécimo dos poderes. O Poder Legislativo de Roraima está igual à prefeitura do Cantá, onde os servidores estão há quatro meses sem receber. O que podemos esperar de um governo que não cumpre com o duodécimo dos poderes? Queria sugerir ao Presidente Jalsner Renier que encerrássemos a sessão para tratarmos desse assunto. Isso virou moda, os funcionários do Poder Legislativo não sabem mais que dia recebem seus salários, porque a senhora Governadora só manda o duodécimo no dia em que bem entende. Nós precisamos reagir. Não podemos falar de projetos nem defender nossas ideias, pois não temos a capacidade de defender nem o nosso poder. Nós não estamos cumprindo nossas obrigações com os servidores desta Casa que estão trabalhando sem seus salários. É preciso tomar uma providência enérgica, austera, não é possível isso, hoje é dia trinta, o duodécimo é para ser repassado até o dia 20, não se tem nem notícia se os poderes vão ter ou não o duodécimo. E o que se vê é que os aliados da governadora compraram não sei quantas cabeças de gado, que estão fazendo estrada para a Malacacheta para a realização do casamento de não sei quem, que contará com dois helicópteros vindos de Manaus entre outras coisas. A Governadora está cometendo crime de responsabilidade. Hoje é um dia histórico para o País, a Presidente da República está sendo cassada, Deputado Joaquim, está perdendo o cargo de Presidente da República por um crime de responsabilidade, e a senhora governadora está impedindo o funcionamento dos poderes e isso é crime de responsabilidade. É preciso, senhor Presidente, tomarmos providência e não nos acovardarmos, pois nós estamos aqui para defender a sociedade, fomos eleitos para isso, esse é nosso dever de ofício. O seu discurso é um discurso que deve ser parabenizado, mas, é que entristece a gente pela condição que vive hoje o estado de Roraima. Não existe gestão neste estado, as pessoas ignoram o estado de Roraima em qualquer lugar, chegam a duvidar se o estado existe de fato ou não. É por ignorar o estado de Roraima, a governadora ignora até os poderes. Obrigada.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Obrigado, Deputado Xingú, é exatamente isso que estou propondo, um novo planejamento para o nosso estado e à própria Casa. O nosso Poder, dando sua participação nesse planejamento que podemos iniciar aqui. Acredito que essa comissão suprapartidária ajudará e muito o estado, pois, não temos recursos para investimento no estado. Não há recursos no orçamento para investimento, e o que estamos propondo é que nossas emendas sirvam de contrapartida para as emendas dos parlamentares, elas são um instrumento forte. Sabemos das dificuldades por que passa o Estado, o orçamento do estado estourou e nós estamos com dificuldades de colocar os recursos para investimentos no orçamento.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado Joaquim, essa estória de falta de recurso para investimento já

vem ocorrendo há algum tempo. Os recursos para investimentos no estado de Roraima são oriundos de empréstimos ou de emendas de parlamentares federais, recursos de verba do estado ou do orçamento do estado há muitos anos não tem. Agora, uma coisa eu já disse, este ano nós vamos aprovar o orçamento do Governo do Estado, que chegará em setembro nesta Casa, vamos nos debruçar sobre essa proposta. Espero que estejamos juntos, porque estamos acostumados aprovar projetos, orçamentos, LOA, com metade dos recursos devidos ao pessoal, com 10% de recursos para pagamento de dívidas, com 40% de recursos de crédito social, sem nenhum recurso de PIS/PASEP, sem nenhum recurso para pagamento de dívida. Este ano vamos ter que passar a limpo o orçamento para mostrarmos que o orçamento do estado só dá para cumprir a metade das despesas que o estado tem. Espero sua parceria para nos unirmos em torno disso para, pela primeira vez, fazermos um orçamento real para mostrarmos que aqui vai acontecer a mesma coisa que aconteceu com a Presidente Dilma em Brasília, que se complicou toda por causa de um orçamento com déficit imenso. E, após essa análise, poderemos mostrar exatamente onde se deve cortar gastos, o que se deve pagar e quais as prioridades, pelo menos poderemos estampar tudo isso para a sociedade de Roraima. Obrigada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Joaquim, eu acompanho essa estória do orçamento desde a Câmara Municipal de Boa Vista, e vejo o que está ocorrendo, falando nessa estória de crise e crise, é que estamos subestimando as coisas. Por quê? Porque quando chega o repasse do dia 10, a governadora paga as empresas que ela tem interesse. Logicamente, que com os repasses do dia 20 e dia 30, ela não tem dinheiro suficiente para fazer o repasse dos poderes nem para pagar os servidores. Ora, a questão não é só o orçamento, basta ver o quanto o governo arrecada e estipula prioridades. Paga-se primeiro os servidores e deixa o repasse dos poderes para depois. Paga as empresas prestadoras de serviço. O problema é que a governadora coloca as empresas como prioridades. A outra questão que precisa observar, é que o estado de Roraima arrecada de ICMS por mês em torno de 60 milhões, não é fixo, isso é fluante. Acontece que agora, com a crise na Venezuela, temos cerca de 2 milhões de venezuelanos comprando em Roraima. Então, o problema não é de arrecadação de ICMS, e sim de fiscalização do governo. Alguém está ganhando muito dinheiro com isso, e a governadora deve ter interesse que isso continue, porque se ela tem um estado que não consegue pagar sua folha de pagamento, a governadora já era para estar de olho nisso, e, ainda, dizem que até o final do ano cerca de dez milhões de venezuelanos farão compra em Boa Vista, quer dizer, teremos condições de duplicar, triplicar ou quadruplicar esse ICMS. Essa seria uma ótima fonte de renda para o estado. Mas, parece que o estado quer esse caos, gosta desse tipo de embate. Nós vamos nos debruçar no orçamento, onde a prioridade do governo é a resolução de suas próprias questões internas, que são muitas, e não o pagamento do salário de seus servidores e o repasse dos poderes, talvez, existam na Constituição outras prioridades que nós não conseguimos mensurar ainda. Esse é o meu recado. Considero muito mais importante a gente colocar a questão da prioridade de pagamento do que ficar se debruçando em cima do orçamento. Acho isso mais importante que essa discussão. Acredito que se pode dobrar o orçamento que as coisas continuarão do mesmo jeito ou talvez até piores. Obrigada.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Obrigado, Deputado George, estou falando a mesma coisa que vossa excelência, talvez, de forma diferente do que vossa excelência colocou. É exatamente isso que estou propondo, que façamos um novo planejamento de estado com a participação desta Casa, pois, temos a obrigação e o dever de participar. Sabe por que estou dizendo isso? Ontem, ao assistindo a uma reportagem da TV Globo, uns jornalistas falaram que o grande articulador do Governo Temer no Senado Federal é o Senador Romero Jucá, que ele está muito mais forte agora do que quando era ministro do Governo Temer no Senado Federal. E, para minha surpresa, os dois jornalistas disseram que o Senador Romero Jucá está mais forte agora do que antes. Ele é o Senador que articula todas as ações do Governo Federal junto ao parlamento brasileiro. Prestem bem atenção, eu não estou fazendo elogio ao Senador Romero, estou colocando o que podemos fazer juntando as bancadas, construir projetos que possam beneficiar o Estado, como um todo, desde que consigamos unir o parlamento Estadual com o Federal, priorizando as áreas onde podemos colocar, Deputada Aurelina, esses recursos, sei que a segurança pública, sei que a preocupação de equipar os hospitais é outra, isso é possível tanto para o Governo quanto para os Municípios do Estado. Então, era essa a mensagem que eu queria deixar, de longe, eu não estou elogiando, apenas colocando um fato que me ocorreu sobre quanto podemos tirar proveito para o bem do nosso Estado, através do deputado Hiran que está tendo uma participação ativa na Câmara. No Senado nós temos três senadores, estou fazendo um apelo neste momento que vamos analisar o orçamento. Concordo com o Deputado George, mas precisamos fazer a nossa parte.

O Senhor Presidente **Jalsner Renier** – Senhores Deputados, vamos evoluir para a Ordem do Dia. Temos alguns projetos de lei que precisam ser analisados, mas estamos com a pauta trancada. Foi apresentado pelo Deputado Francisco Mozart que a Governadora vetou parcialmente o Projeto de Lei nº

008/15, de autoria do Deputado Chico Mozart, que “dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº198, de 03 de agosto de 2012, que dispõe sobre a Reestruturação do Programa Bolsa de Estudo Universitário, de que trata o art. 151, parágrafo único da Constituição de Roraima”. Temos, também, discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 051/15, que “dispõe sobre a Escrituração de Imóveis no Território do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Mecias de Jesus; do Projeto de Lei nº 020/16, que “dispõe sobre a realização de teste da linguinha em recém-nascidos no Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do deputado Gabriel Picanço; do Projeto de Lei nº 022/16, que “Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração de Aproveitamento de Energia Solar e Eólica, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; do Projeto de Lei nº 034/16, que “dispõe sobre a isenção de taxa de estacionamento aos usuários que comprovem compras efetuadas no valor correspondente a, pelo menos, dez vezes o valor da taxa de estacionamento em Shopping Centers do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jorge Everton; Projeto de Lei nº 016/16, que “dispõe sobre a regulamentação do uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas Escolas Estaduais de Educação Básica”, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira; do Projeto de Decreto Legislativo nº 022/16, que “apresenta, para apreciação e arguição, o nome da Senhora Mariana Ferreira Poltronieri, indicada para exercer o cargo de Presidente da Junta Comercial do Estado de Roraima - JUCERR”; Projeto de Lei nº 023/16 que “susta a aplicação do Decreto nº 21.127. E de 27 de junho de 2016 que altera o regulamento do ICMS de Roraima”; Pedido de Informação que “requer o encaminhamento de informações ao Governo do Estado de Roraima sobre os valores previstos e arrecadados e sobre a realização de pagamentos efetuados conforme especificação”; Requerimento nº 056/16, da Comissão Especial Externa, criada nos termos da resolução 045/15, alterada pela resolução 048/16, requerendo prorrogação de prazo para seu funcionamento, por igual período; e do Requerimento 057/16, da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 32/15, requerendo prorrogação de prazo, por igual período.

Suspenderei a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Justiça e Redação Final possa emitir parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 023/16, e as Comissões em conjunto possam emitir parecer às demais matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

Informo aos Senhores Deputados que o Decreto nº 21.127 onde nós estamos sustando o ato da Governadora referente a um decreto aprovado em 2001, época em que o Senhor Flamarion Portela estava à frente do Governo, e que foi implantado por ele próprio, quando foi motivado que os instrumentos necessários dessem o suporte ao aparelho de fiscalização do Estado, quando as empresas chegassem na barreira esses impostos já seriam recolhidos. O que aconteceu? A Governadora revogou esse ato. Ela apregoa exatamente o contrário do que inteligentemente prega o deputado Joaquim, quando se fala da transformação de um Estado e de uma mudança necessária. O que a Governadora estimula aqui é a sonegação fiscal. Por quê? Os comerciantes que já deram entrada às notas, que já pagaram os seus tributos e que os produtos estão nas prateleiras, terão que pagar novamente da forma que está o decreto. Por isso, essa é uma segurança que estamos dando a todos os empresários do Estado para continuar da forma como está. Isso é só um resguardo ao Decreto Legislativo que foi aprovado e que está em plena vigência, uma vez que a arrecadação de ICMS só vem aumentando. E, se sustado esse decreto, vamos ter uma perda de arrecadação imensurável que inviabilizará novamente o Estado sob o aspecto tributário.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Para complementar, Presidente, como Líder do Governo, não sou conhecedor da questão tributária, mas sou um estudioso e curioso a respeito dessa questão. E sou curioso quando se fala em mudança tributária no nosso Estado. Entrei nesta Casa para representar a classe empresarial e acompanho muito através da Associação dos Distribuidores e Atacadistas deste Estado. Sei que pagamos a maior carga tributária do mundo neste País. E, em Roraima com a área de livre comércio, flexibilizou bastante a questão tributária. Mas, digo para vocês uma coisa: o Governo não é da Governadora Suely Campos, qualquer governo teme a queda na arrecadação. Quero que Vossa Excelência forme uma comissão para que analise bem a sustação desse decreto porque o Governo não tem interesse de perder arrecadação. Nós queremos é aumentar a arrecadação de forma lícita, inclusive, reforçando a fiscalização no Jundiá, implantando a barreira em Pacaraima para termos o controle dos produtos que entram e saem do Estado com intuito de aumentar a arrecadação, inclusive, para manter e atender as necessidades duodecimais dos Poderes. Então, eu gostaria que Vossa Excelência criasse essa comissão para analisar bem antes de sustar esse decreto da Governadora, porque a questão tributária é algo complexo. E acho que uma medida a toque de caixa para sustar um decreto é algo muito verde, temos que amadurecer tudo isso. Não estou tirando a prerrogativa deste parlamento, mas gostaria que Vossa Excelência entendesse que é necessário um estudo mais aprofundado dessa questão.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem – Eu

gostaria de fazer uma proposta nesse caso específico, já trabalhei antes do parlamento no comércio e na área contábil. O Deputado Brito está propondo a criação de uma comissão indicada por Vossa Excelência, seria bom ouvir a Associação comercial, Federação das Indústrias, Federação do Comércio que irão nos passar informações do outro lado do balcão para que possamos tomar decisões mais claras para defender os interesses da iniciativa privada e do povo do nosso Estado. É uma sugestão que estou lhe dando para contribuir.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Eu entendo a sugestão de Vossa Excelência, mas vamos evoluir somente na comissão porque a palavra final sempre é do Plenário. Então, vamos evoluir com a aprovação do projeto na comissão, quando vier para o Plenário convidaremos as instituições para que elas possam representar suas bandeiras e trazer o debate para o nosso Estado. Não vejo nenhum problema em criarmos essa discussão.

Eu peço preferência para que a Comissão de Justiça analise primeiramente o Projeto de Decreto Legislativo e, em seguida, a Comissão em conjunto para analisar as demais matérias constantes da Ordem do Dia.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário.

Reaberta a Sessão

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Dou por reaberta a Sessão.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** - Nós temos a obrigação de ajudar o nosso povo que nos colocou aqui. Muito Obrigado!

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, eu fico muito feliz quando vejo projetos dessa natureza entrando em nosso plenário nesta Casa para que a gente possa cada vez mais capacitar o nosso povo, tenho certeza que a população vai ficar cada vez mais preparada. Eu peço aos colegas que votem não ao veto para que a gente possa aprovar esse projeto. E a governadora se sensibilize que a população de Roraima precisa de capacitação, a gente sabe que custa muito pouco. Precisamos entender que tem outras ações que podem ser paradas para que a gente possa investir na população. Então, eu quero aqui deixar o meu registro e deixar meu voto não ao veto do Governo.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** – Eu quero parabenizar o Deputado Chico Mozart, mais uma vez. Eu que faço parte da Comissão de Educação, vários alunos de baixa renda procuraram esta Casa para que nós Deputados desta Casa votássemos pela aprovação. Então, o Deputado Chico Mozart, a Deputada Lenir, que fazem parte da Comissão de Educação no mesmo sistema. Estão aí as palavras do Deputado Jorge Everton e Deputado George Melo. Eu voto contra o projeto.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, esse é um projeto que eu ajudei a construir e me orgulho muito, porque eu era superintendente da Casa. E o Deputado, que era novato, veio me perguntar como a gente poderia começar esse projeto. Um projeto muito bonito. Eu sou ex-presidente da Comissão de Educação, sou defensor do homem do interior, conheço dificuldades dos nossos alunos, principalmente do interior, para terem acesso à educação, principalmente a educação superior. Eu venho defendendo tanto a regionalização do ENEM, faço esse apelo para que a gente derrube o veto por unanimidade. É uma questão não de despesa mas de investimento. O gestor, que tem educação como despesa, é um gestor que não tem cidadania. Educação é investimento em qualquer lugar do mundo.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Senhor Presidente, eu queria pedir prorrogação de prazo da Sessão. E, também parabenizar o nosso amigo, nosso parceiro, Deputado Chico, pelo projeto. Realmente, vão ser beneficiados várias pessoas que necessitam realmente desse apoio à educação. Vossa Excelência está sempre voltado à educação, já conhece profundamente esse trabalho. Quero dizer que voto, sim, a favor do seu projeto e não contra o veto. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Senhor Presidente, queria inicialmente agradecer ao grupo dos Deputados que se sensibilizaram com o projeto. É um projeto que beneficia diretamente a população, inclusive os jovens. Nós sabemos da dificuldade de conseguir um emprego hoje em dia. Maior ainda, quando o candidato não é qualificado, quando ele não tem uma graduação ou uma especialização. Eu queria destacar também que tive o cuidado de destinar 5% das vagas para a terceira idade por entender que muitos pais, na época, tiveram que abrir mão da faculdade para trabalhar ou para pagar a faculdade dos seus filhos. Eu agradeço e peço mais uma vez pela derrubada do veto. Obrigado

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais Deputados que queiram utilizar os microfones para exporem as suas colocações em relação ao projeto, nós vamos evoluir para a votação. Antes de mais nada, acato o pedido do Deputado Marcelo Cabral, e vamos encaminhar para a votação. Eu quero lembrar aos Deputados que por obstrução da base do Governo, nós só temos 13 Deputados em plenário. De maneira que pergunto ao Deputado Chico Mozart, se Vossa Excelência prefere que o seu projeto, como autor do projeto, Vossa Excelência pode pedir adiamento de votação da matéria. Como só existem 13 Deputados em plenário, se um dos Deputados votar contrário ao projeto, o projeto de Vossa Excelência fica prejudicado. O risco é de Vossa Excelência. Eu pergunto se Vossa Excelência deseja utilizar o artigo 238 do

Regimento Interno da Assembleia.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Como foi dito aqui, Senhor Presidente, pelos nobres colegas: todos aprovaram o nosso projeto, então eu tenho confiança nesse grupo, que nós derrubaremos o veto.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Liberado o painel para a votação. Votando “não,” os Deputados votarão com o Deputado Chico Mozart. E votando “sim,” os Deputados votarão com o Governo. Então, para votar com o Deputado Chico é não. Não derruba o veto. Sim, acata o veto. Encerrada a votação. A matéria recebeu 13 votos não.

Dou por rejeitada a Mensagem de Veto nº 039/16, por 13 votos não, nenhum sim e nenhuma abstenção.

Temos aqui um Projeto de Lei de Pedido de Informação nº 058/16. Eu peço a atenção dos Senhores Deputados para esse Pedido de Informação.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 58/16

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Pedido de Informação nº 058/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Eu quero comunicar aos Senhores Deputados que esse requerimento, com assinatura de vários Deputados, para informar que isso aqui é tão somente para que o Poder Legislativo tenha acesso a todos os pagamentos que a secretaria estadual está fazendo ou fez até a presente data. Em relação às empresas, com relação aos repasses e também com relação ao seu índice de receita, tanto de ICMS como do imposto de renda, porque nos demonstrativos apresentados pelo Poder Legislativo não aparece para a Assembleia o que o Estado arrecada de ICMS. De maneira que, com esse Pedido de Informação, a Secretaria da Fazenda terá o prazo, fixado pelo plenário, de aproximadamente 5 dias. Esse prazo é suficiente para que a Secretaria da Fazenda envie para este plenário as solicitações através do Pedido de Informação.

Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Só uma questão, Senhor Presidente, eu queria que Vossa Excelência verificasse aí, sobre o requerimento que fiz, e foi aprovado no plenário, de Pedido de Informação sobre o pagamento de exercício anterior ao ano de 2015. Tinha o nome da empresa, data e o valor que foi pago. E a SEFAZ, até hoje, não respondeu a esse requerimento que foi aprovado no Plenário. Então, é mais um requerimento que nós vamos aprovar aqui. Eu peço a atenção de Vossa Excelência para exigir do secretário que cumpra a legislação, porque ele não cumpriu o que foi aprovado aqui.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Nós temos dois caminhos: o primeiro é a recorrência do crime de responsabilidade que aponta o secretário da fazenda em não prestar informações; segundo, nós podemos convocar o secretário da fazenda, através do regimento da Constituição Estadual, que nos faculta o direito de trazer imediatamente ao plenário e comunicar ao Ministério Público o não cumprimento da responsabilidade aprovada em plenário, que passa a ser uma posição que tem que ser acatada pelo secretário.

Em votação a matéria. A votação será eletrônica: votando sim os Deputados acatam, e votando não os Deputados rejeitam. Junto a equipe técnica da Assembleia, se o quórum é qualificado vai ser maioria simples. Como é maioria simples, está liberado o painel para a votação.

Liberado o painel para a votação.

A matéria recebeu 12 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção. Dou por aprovada a matéria por 12 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do Projeto de Lei nº 034/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Lei nº 034/16

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Projeto de Lei nº 034/16. Não havendo quem queira discutir, está em votação. A votação será eletrônica: votando sim os Deputados acatam, e votando não os Deputados rejeitam. Junto à equipe técnica da Assembleia, se o quórum é qualificado é maioria simples. Como é maioria simples, está liberado o painel para a votação.

A matéria recebeu 12 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção. Dou por aprovada a matéria.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do parecer ao Projeto de Lei nº 023/16.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, está em votação. A votação será eletrônica: Votando sim os Deputados acatam e votando não os Deputados rejeitam. Liberado o painel para a votação.

A matéria recebeu 13 votos sim, nenhum não e nenhuma abstenção. Dou por aprovada a matéria.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura de Requerimento nº 056/16.

O Senhor Primeiro Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 056/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento.

Em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do Requerimento nº 057/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 057/16

Em discussão o Requerimento. Em votação. A votação será simbólica. Votando sim os Deputados aprovam a matéria. Votando não, rejeitam-na. Aprovado

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 023/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 023/16, com o parecer da comissão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, seguimos para a votação. Lembramos que este é aquele projeto para nós discutirmos inicialmente em nossa fala sobre a permanência do decreto legislativo, que foi aprovado em 2001, sancionado e foi uma matéria aplicada para os cidadãos comerciantes do Estado de Roraima para evitar qualquer tipo de sonegação. Hoje quando você compra uma mercadoria, em qualquer lugar do Brasil, ela passa pelo Jundiá. Ali você deixa o percentual da alíquota de imposto referente ao estado, depois sua mercadoria segue. A Governadora revogou esse decreto. O decreto de revogação simplesmente permite que a mercadoria passe pelo posto do Jundiá sem que o cidadão pague a nota fiscal no processo de falência múltipla no tocante à arrecadação. A arrecadação do estado, hoje, não é uma das piores, mas pode se tornar ineficaz se continuara, como decreto aprovado pela governadora. Por essa razão nós sugerimos que o decreto da governadora seja sustado, se torne sem efeito e volte ao status quo, ou seja ao que era antes. Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – O que surpreende, Presidente, é que nós aprovamos aqui no mês passado, só para Secretaria de Infraestrutura do Estado, mais de 38 milhões, referentes a excesso de arrecadação não, em termo de FPE, mas de receitas referentes ao ICMS e ao imposto de renda retido na fonte. Se o Estado está na metade do orçamento do ano jurídico já com excesso de arrecadação referente a tributos de ICMS, e há recursos do imposto de renda retidos na fonte dos servidores, é indicativo que está dando certo a fórmula que foi adotada no passado, portanto me surpreende querer alterar uma fórmula que está dando certo com excesso de arrecadação.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, mais uma vez, venho tocando nesse ponto. Esse decreto, Senhores Deputados, vem facilitando a vida de sonegadores. Por quê? Porque a gente sabe que, hoje, há um consumo muito grande, as coisas subiram sobremaneira, como exemplo, o leite, a gente está pagando 30%. A gente vai no supermercado está subindo tudo. Por quê? Porque as vendas estão extremamente aquecidas, tendo em vista que o comércio em Santa Elena, tem caminhões que estão passando com mercadorias e sonegando imposto, facilitado por esse decreto, é um motivo a mais para gente votar a favor dessa lei nesta Casa, para que volte, como era antes, o mecanismo de fiscalização. Quero pedir para os colegas votarem favorável ao projeto de Decreto Legislativo.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir. Coloco-o em votação. A votação será eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados acatam, e votando “não” rejeitam o Decreto Legislativo.

Solicito ao técnico que libere o painel para votação.

Aprovado com 13 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção. Está sustado o Decreto Legislativo da Senhora Governadora Suely Campos, no tocante às questões tributárias do Estado. Apreciação e arguição do nome da Senhora Mariana Ferreira, indicada para exercer o cargo da Junta Comercial do Estado de Roraima – AJUCER.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, antes de ler o parecer, segundo o artigo 288 do nosso Regimento Interno, que seja suspensa, uma vez que é uma indicação do Governo do Estado, mas bancada do governo não está presente. Solicito que seja retirada da pauta da Ordem do Dia de hoje.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente. Concorde com o Deputado Naldo, por ser uma matéria que necessita de 13 votos, e nós estamos com 14 Deputados presentes, por isso solicito adiamento de votação.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, eu gostaria que fosse votado hoje, pois tem outros que precisam ser votados.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, esta Casa tem feito um excelente trabalho, tenho elogiado bastante as conduções dos trabalhos de Vossa Excelência, dando celeridade, fazendo com que os projetos sejam aprovados, a gente não vai parar os

trabalhos, porque a base do governo quer obstruir, se é de interesse deles, que eles venham trabalhar e venham fazer parte da votação. Obstrução é um direito deles, mas o nosso direito é trabalhar, somos pagos para isso. Em plena terça-feira, vamos continuar os trabalhos. Parabéns, o Senhor está enxugando a pauta e fazendo este parlamento cumprir o seu papel. Concordo com o Deputado George, acho que temos que votar.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, limpar a pauta é sinal de respeito ao nosso povo.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, eu não consigo entender, quando há uma matéria de interesse do governo, tendo em vista que a Junta Comercial hoje é presidida pela esposa de um comerciante notável aqui no Estado, se tira de pauta e se cria algum artifício, e nós não temos nem salário porque o duodécimo não veio. Não consigo entender isso. Será que vamos ficar aqui a serviço desse tipo de coisa, desse tipo de insulto. Acabamos de votar matérias de interesses dos Deputados, quando a base do governo foi embora, obstruiu. Agora, projetos de interesse do governo, a base diz não. Vamos esperar a base do governo? Não consigo entender esse tipo de coisa, eu preciso entender isso!

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, não se trata de indicação ligada a algum empresário, trata-se de um cargo técnico, para o qual a Senhora Mariana está preparada para exercer. Então, eu acho que a gente não está votando nem deixando de votar com o governo. Temos que votar com seriedade. A Junta Comercial precisa que esse procedimento seja efetivado, seja qual for o nome. Então, estou pedindo apoio de Vossas Excelências para que seja prorrogado e analisarmos sem olhar quem indicou, mas, focar no currículo da pessoa que está sendo indicada.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem - São duas propostas, ou uma ou outra, a maioria decide.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, fui o Presidente da Comissão que sabatinou a Doutora Mariana, é uma jovem entusiasmada, motivada, com boas ideias para a Junta Comercial. Eu só acho que colocar para votação, quando só tem 13 Deputados no Plenário, há pouca possibilidade de ter êxito na votação, quando está toda oposição aqui. Podemos votar amanhã, ou depois de amanhã ou se a base do governo retornar, temos 22 Deputados inscritos; é possível a gente votar de forma justa.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, me associo ao Deputado Naldo, podemos deixar para amanhã, até porque a base do governo não voltou, estão em reunião.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, nós estamos aqui no Plenário, gostaria que fosse ouvido o Plenário.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, quero ter oportunidade de receber em meu gabinete e conversar, saber das diretrizes, como conduzir daqui para frente. Quero que usem o bom senso. Não estou pedindo pelo governo, não é pelo líder, não é porque está ligado a empresário, e sim, que a gente use o bom senso, para que possamos analisar friamente e tecnicamente o nome da Senhora Mariana para o cargo na Junta Comercial.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** continua - Em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Eu não recebi no meu gabinete a técnica, não tive oportunidade de conhecê-la, não fui na Comissão. Eu acredito que quando um gestor está interessado nos votos, ele visita os Deputados com seu currículo, pede apresentação, se apresenta para os Deputados, mas ocorreu assim. Associe-me à posição do líder do G14. Nós estamos aqui, é um direito da base governo fazer obstrução. Já voltaram alguns da reunião e a Sessão foi prorrogada. Acredito que enquanto estivermos aqui seja colocado em votação para o Plenário decidir.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, sempre fiz discurso baseado no seguinte: independente de quem seja o Presidente da Junta Comercial, ADERR, Detran, esta Casa tem que apreciar. Não estou aqui para julgar a Presidente, ela pode ser uma grande técnica, acredito que seja, mas não é só ela que tem que ir ao Plenário, todos têm que ir, sempre fui à Tribuna falar isso. Agora esse discurso de que não visitou, que não a conheço. Isso é balela para boi dormir! A fase de visitar é na Comissão, não é em Plenário. Então, é um discurso que não dá para engolir, ninguém aqui é criança, ninguém está aqui para fazer graça, já passa de meio-dia, estamos aqui trabalhando. Agora, quero fazer justiça, não é só ela que vai ser julgada pelo Plenário, todos deverão ser julgados como manda o Regimento, independente de quem quer que seja, e pode ser aprovada. Não estou dizendo que vou votar contra, o que não pode é ficar interinamente o ano inteiro. Para certos cargos governadora nomeia, a pessoa passa um ano no cargo, depois ela exonera e coloca outra pessoa, sem que esta Casa tenha apreciado no Plenário. Isso não pode acontecer! Temos que combater essa prática, fazer justiça, e fazer o trabalho da Assembleia valer.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** pede Questão de Ordem - Senhor

Presidente, concordo com o Deputado Xingú. Se muita gente não sabe vou explicar agora. Corre nas redes sociais, que pode ser um técnico ou uma técnica, pode ser de qualquer setor e de qualquer âmbito da sociedade ou órgão, não existe diferença. Quando chega nesta Casa, vamos analisar o que é melhor para o Estado. Não estou entendendo essa cealuma, a única coisa que posso afirmar com segurança é que a Senhora que foi sabatinada será votada, embora esposa do meu querido empresário Parima, pessoa de respeito, pessoa honrada e um grande empresário. Temos que analisar, independente de quem quer que seja a pessoa que se apresenta aqui. Ou com base do governo, ou sem base do governo, temos que analisar o que é melhor para o Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Senhores Deputados, diante do contexto que estamos vivendo, eu queria flexibilizar o pedido de adiamento de discussão do Deputado Naldo e gostaria de criar um pauta para que nós pudéssemos acatar o pedido do Deputado Naldo, pelo respeito e preferência que ele pediu, em decorrência do respeito que temos aos demais colegas. Quero dizer que a pauta está mantida para terça-feira, vamos votar e limpar a pauta de todas as pessoas que estão esperando para serem apreciada no Plenário.

Gostaria de saber se os Senhores Deputados concordam com a minha opinião.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, o Senhor está abrindo um precedente. Eu tenho um amigo que não foi sabatinado, não veio ao Plenário. Eu também vou me manifestar para que o Plenário não vote. E o Plenário vai ter que aceitar. O Senhor está abrindo um precedente para alguém que não queira ir ao Plenário. Vou pedir para uma pessoa, e quero que esse Plenário me ouça, porque deixou de ser uma coisa regular. Se um Presidente de uma Autarquia chegar para mim e dizer: "Xingú, vá à Tribuna e peça para que o meu processo não vá para o Plenário", eu vou, falo e está tudo certo. Então, se abre um precedente para qualquer Deputado argumentar que vá ao Plenário o nome de uma outra pessoa.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Deputado Xingú, nós não estamos abrindo precedentes. Eu tenho um amigo que foi sabatinado. Eu também vou me manifestar para que o plenário não vote, e vão ter que aceitar. Está abrindo um precedente para alguém que não queira ir ao Plenário. Eu vou pedir publicamente na tribuna e quero que este Plenário me ouça, porque aí deixou de ser uma coisa regular. Se um presidente de autarquia disser: Xingú, vá pedir para o meu processo não ir a plenário, eu vou lá e peço e está tudo certo. Então, eu quero dizer que se abre um precedente para arguir e argumentar, para que não vá ao plenário o nome de outra pessoa, e não irá. Eu só quero deixar bem claro isso. A Presidência não está abrindo precedente. É importante dizer que o deputado Naldo, citou o artigo 224 ou 238, eu não sei qual é o artigo. Eu preciso que alguém me oriente. Foi o artigo 338 que o Deputado Naldo utilizou. É uma prerrogativa legal do deputado. O entendimento da mesa nos facilita a condição de entender o comportamento individual de cada colega. Nós somos um colegiado e precisamos em alguns momentos flexibilizar e internalizar outras diante desse quadro. Eu sugiro aos Senhores Deputados, em caráter irrevogável, colocarmos na pauta todas as pessoas que estavam sendo arguidas em plenário na última terça-feira.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu**- Eu também vou fazer o mesmo.

O Senhor Deputado **Jalser Renier**- Eu estou colocando o plenário para votar essa posição por mim apresentada. O pedido de adiamento de votação é um pedido legítimo do deputado. Cabe ao presidente, em ato monocrático, decidir ou jogar a responsabilidade para o plenário. Eu estou consultando o plenário a respeito do pedido de informação do Deputado Naldo, que é um deputado que tem respeito por esta instituição extremamente democrática. É um deputado que tem respeito por esta instituição, por Vossa Excelência, e da mesma maneira, quero buscar um caminho possível.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**- Está havendo um impasse, e este parlamento é onde se busca o entendimento. A proposta de Vossa Excelência para terça-feira é extremamente arriscada. Terça-feira é véspera de feriado. Nós estamos no início de uma campanha política em todos os municípios do nosso Estado. Eu queria consultar os dois líderes, tanto da oposição, quanto da situação sobre a possibilidade de se preparar essa pauta para quinta-feira. Terça-feira, dificilmente, vai ter quórum na assembleia véspera de feriado. Quinta-feira, depois de amanhã, poderíamos elaborar e colocar o que tem para votação. Essa é minha sugestão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier**- Vossa Excelência sugere para quinta-feira.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas**- São dois pontos, porque são dois pedidos de adiamento, o do Deputado Naldo e o meu pedido também. Eu me somei ao pedido do Naldo. Isso é regimental. Eu sou oposição ao governo, todos sabem o meu posicionamento aqui dentro. Entretanto, agora, eu só procuro ser bastante coerente. Nós temos nomes muito mais antigos na fila para serem votados, que ainda não vieram a plenário. Recentemente, nós votamos rapidamente o nome de Joceli para presidente que foi reprovado. Ela foi sabatinada na semana passada, nem deu tempo da doutora percorrer os gabinetes, colocar seus planos de metas. Então, acho que seria conveniente

atender ao nosso pedido de adiamento de votação para dar oportunidade para a gestora mostrar e convencer os deputados. O meu pedido é que se dê oportunidade para o interessado fazer o convencimento daqueles que votam o seu nome.

O Senhor presidente **Jalser Renier**- O pedido de adiamento é do Deputado Chagas e Deputado Naldo. Então o 228 é do adiamento de votação. O 224, é do adiamento de discussão, o prazo é de cinco dias, a contar dessa data, ficando para próxima terça-feira o adiamento de votação do Deputado Chagas e do Deputado Naldo. A votação será simbólica. O presidente decidiu por unanimidade adiar até terça-feira para que possamos votar. Eu entendo a posição do Deputado Joaquim, mas o feriado é quarta-feira, e não terça-feira. Espero que os deputados estejam aqui na próxima terça-feira, para que a gente possa, em caráter definitivo, limpar todas as pautas para os arguidos em plenário. Eu quero comunicar aos Senhores Deputados, que estamos no expediente de Explicações Pessoais.

Eu quero me dirigir aos servidores desta Casa para, em primeiro lugar, pedir desculpas, estamos em débito com todos eles. Nós não temos nenhuma informação com relação à senhora Governadora do Estado, sobre o repasse do duodécimo, que é um direito constitucional que o governo tem com o poder Legislativo, com o Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais poderes. Ela não está cumprindo o que está estabelecido na Constituição. Para os Senhores terem uma ideia, ela faltou com aproximadamente sete milhões de reais, o que culminou com o não pagamento das nossas despesas normais. Estamos em atraso com os fornecedores, com todas as empresas que nos fornecem trabalho, sem falar nas despesas fixas como água, luz e outros itens.

Quero comunicar aos senhores servidores que assembleia legislativa na sua história, ainda não tinha passado momento semelhante ou parecido com este. Estamos vivendo um momento de absoluta crise, uma crise institucional, uma crise de ausência de responsabilidade. Estamos no dia trinta do mês de agosto e o repasse duodecimal deste mês que seria de dezesseis milhões, a governadora não repassou e não enviou nenhum comunicado a esta casa. O único comunicado que a senhora governadora enviou, que a equipe técnica retirou, mais eu pedi para deixar aqui, por favor tragam, é um comunicado onde ela informa uma proposta. A governadora simplesmente intima o Poder Legislativo e os demais poderes, recomenda o Poder Legislativo que limite seu poder de gastos. Gostaria que a equipe técnica me fornecesse esse documento. Ela simplesmente recomenda que a Assembleia Legislativa contenha seus gastos e não faz nenhuma menção ao Poder Executivo. Aos vinte dois anos que estou aqui nesta Assembleia, ainda não vi nada semelhante ou parecido ao que está se vendo aqui. A Governadora do Estado cumprimentado cordialmente, vem através desse expediente recomendar à Assembleia legislativa do Estado de Roraima que limite seus respectivos empenhos e movimentações financeiras, conforme os créditos fixados nos artigos 43, 44 da Lei nº 1005, datada de 27 de junho de 2015, que dispõe sobre as diretrizes orçamentária para o exercício de 2016. Ela se atém à Lei 1005 de 27 de junho de 2015, que estabeleceu as diretrizes para orçamentária para o exercício de 2016, conseguinte a Lei 10 de 31 de janeiro de 2016 aprovou a estimativa da receita e fixou despesas para o exercício financeiro de 2016. Nesse sentido a efetiva arrecadação do tesouro estadual constatou a realização de receitas estimadas. A Governadora cita alguns artigos e faz alguns parâmetros do que o Poder Legislativo precisa fazer para que se possa adequar a lei. Nos orienta e, ao mesmo tempo, incita o Poder Legislativo a apresentar um relatório para que a Assembleia Legislativa se adeque, primeiro ao princípio básico da Lei de Responsabilidade Fiscal, como se nos não estivéssemos cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, depois ela se atém ao Decreto que ela mesma fez. E por último, recomenda que o relatório se faça relevante em razão do Fundo de Participação dos Estados do Distrito Federal, representar uma significativa fonte de recurso para uma adequação de execução orçamentária. Ela apresenta alguns relatórios, algumas receitas.

Eu tenho aqui para o conhecimento dos Senhores o que o Estado recebeu este mês bruto, 85 milhões no primeiro repasse do dia 10, depois recebeu 15 milhões no repasse do dia 20, depois 48 milhões no dia 30, totalizando 150 milhões de reais. Esses valores quando vão para um saldo líquido, existe um saldo de 93 milhões de reais e quanto o Estado recebeu, mas está fora a saúde com dez milhões trezentos e dezoito mil reais, o PASEP e o FUNDEB, totalizando trinta e dois milhões de reais líquidos. Na educação, respeitando os 5% referentes ao repasse do dia 20, nós temos uma arrecadação de cinco bilhões e oitocentos mil reais. Para o dia 30, essa arrecadação sobe para dezoito milhões e seiscentos mil reais, totalizado 57 milhões de reais, o que dá uma quantia de 143 milhões de reais líquidos. Nós não estamos falando do ICMS pelos cálculos que há tendência que ICMS do Estado esteja acima de cinquenta reais mês. Nós não estamos falando do imposto de renda, do IPVA, que são fontes estaduais que a Governadora não coloca na sua estimativa. Eu quero comunicar aos Senhores deputados que os dados que nós temos aqui ultrapassam os duzentos milhões de reais. Os repasses duodecimais, que são suas responsabilidades obrigatórias, são de aproximadamente cinquenta e

um milhão de reais. A governadora deve ao Poder Legislativo, desde o mês passado, somando vinte e três milhões de reais que não nos deu condição de pagar a nossa folha de pagamento dos servidores, os terceirizados que prestam serviços a esta casa bem como os fornecedores que já estão nós cobrando, alguns deles já estão pedindo distrato dos contratos que já foram feitos com esta Casa. A Governadora demonstra na sua função uma irresponsabilidade gerencial, porque nós já apresentamos uma liminar datada com 15 dias de antecedência, que foi concedida pela Desembargadora Tânia. Essa liminar reteve dezesseis milhões dos recursos apresentados no Banco do Brasil, ocorre que nessa data, nós tivemos uma visita do Ministério Público Federal, solicitando que a Assembleia Legislativa não recebesse aquelas fontes, porque, segundo o Ministério Público Federal, aquelas fontes são de recurso federal, e o Estado só poderia em regra se apropriar das fontes estaduais. Nós entramos com uma petição no nosso mandato de segurança para Desembargadora Tânia, que deferiu parcial o nosso mandato de segurança e pediu que os recursos federais fossem devolvidos ao Estado, e os recursos estaduais fossem bloqueados e emitidos à Assembleia Legislativa. Recebemos uma informação que foram depositados apenas dois milhões de reais na conta do Poder Legislativo, que não representam sequer 10% da responsabilidade que a governadora tem com este Poder. Eu quero colocar essa posição aos Senhores Deputados. A Mesa Diretora da Assembleia vai tomar medidas duras, severas, nós não podemos abrir mão da nossa prerrogativa enquanto Poder. Nós entendemos a situação por que passa o Estado, mas a governadora quando assumiu o Governo, ela tinha a obrigação, antes de mais nada, fazer uma auditoria para saber em que condições estava o Governo do Estado. A Governadora, porém, assim não fez. A Assembleia Legislativa e os demais poderes, que se juntam a essa situação, estão em situação semelhante ou parecidas a que nós estamos vivendo. Por essa razão a prudência me recomenda tomar medida um pouco mais austera, com responsabilidade, sem que ultrapássemos os limites constitucionais, legais e eficazes para boa manutenção do Poder Legislativo Fica, portanto, a nossa preocupação com relação ao ato que incide em crime de responsabilidade, apresentado pela chefe do Poder Executivo.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú**- Estou aqui atentamente ouvindo a sua fala, eu nunca tinha visto isso nem pensei, nem imaginei que uma Governadora de Estado pudesse recomendar os gastos para um outro Poder. Onde chegamos! É preciso fazer uma reflexão. O Poder Legislativo, deputado Masamy, nunca nem pude imaginar, que uma governadora de um Estado pudesse se dirigir, oficiar outro poder e dizer quanto deveria que gastar. É irônico. Eu queria que senhor comunicasse que eu estou pretendo ir a Manaus, para saber se ela vai autorizar. Diante dessas coisas esdrúxulas, que tem nome no dicionário, eu estou farto, chegou no meu limite, sem palavras.

O Senhor Deputado **George Melo**- Só para colaborar com sua fala. Inúmeros Projetos estão chegando a esta Casa por excesso de arrecadação, isso quer dizer que ICMS vai muito bem, além de tudo que eles estão recebendo e tendo excesso de arrecadação. A Secretária da Comissão de Constituição e Justiça já veio me informar, que existem inúmeros projetos para que sejam analisados por esta comissão. Já quero, de antemão, deixar registrado, porque nós não vamos votar esses Projetos, sem dúvida nenhuma, porque é uma falta de respeito, se eles desrespeitam nosso Poder, não podemos tê-los como Poder harmônico. Nós entendemos que a disposição harmônica que existia entre os Poderes começa a se destruir. Este governo vem de forma velada, insistentemente, tentando demonstrar a sua forma de fazer política. Agora, eles não se contentam mais, eles não disfarçam mais, querem fazer de maneira desrespeitosa, mas nós não vamos concordar com isso.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Senhor Presidente, a Constituição é clara com relação aos poderes. Isso está parecendo mais um golpe da família Campos, que não respeita a Assembleia, não respeita o judiciário e ainda quer ditar quanto a Assembleia ou o judiciário vai investir. O repasse é constitucional, senhor presidente, nós precisamos fazer a constituição valer. Nós precisamos iniciar algo que resulte no afastamento desta governadora, porque ela não respeita a Lei. Não tem recurso? Então extinga as secretarias extraordinárias. Não tem recurso? Então, manda o senhor Neudo Campos para o hospital público para acabar com os gastos do Lotty Íris. Não têm recursos? Então extinga a secretaria do Pizzolato, que estou há anos falando isso. E a mansão do Lago Sul em Brasília, porque não param de pagar o contrato? Agora, os poderes vão parar de trabalhar porque assim a Governadora quer? Governadora, isso não pode! Nós precisamos agir. Deixo a minha indignação com relação a esse documento enviado pela Governadora.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Deputado Jorge Everton, quando eu nasci, o medo não nasceu comigo. Então, Vossa Excelência fique tranquilo que nós vamos fazer o que é de fato e de direito, independente do que quer que aconteça com as consequências dos atos que tomaremos.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Senhor Presidente, quanto à desrespeitância do Governo, quero manifestar a minha indignação quanto ao descumprimento da Constituição Federal, quanto ao Princípio da Autonomia dos Poderes. Creio que esse princípio esteja sendo desrespeitado.

Continuando, quero comunicar aos nobres pares desta Casa que, ontem, em atenção à Lei Complementar nº 141/12, ocorreu no plenarinho a apresentação do relatório quadrimestral da Secretaria de Saúde. Esse relatório, por lei, deve ser apresentado nos meses de maio, setembro e fevereiro. Ontem, nós tivemos 112 pessoas participando da audiência, assim como a presença do deputado Evangelista Siqueira, a presença do Conselho Regional de Medicina, do Conselho Regional de Enfermagem, do Sindicato da Enfermagem e, também, da Secretaria de Saúde, a presença, que é obrigatória, do Ministério Público, da Promotoria de Saúde. Entre os assuntos discutidos, além do financeiro, nós tivemos uma grande presença dos homologados da SESA, inclusive exigindo, desta Casa, explicações quanto ao relatório que nós encaminhamos de forma favorável para os órgãos de controle quanto à situação dos homologados, situação dos hospitais nos municípios, pois foi demonstrada a necessidade do porquê estão nessa situação. Nós também discutimos sobre o pagamento dos colaboradores das terceirizadas e a substituição dos terceirizados pelos concursados. A audiência foi muito profícua, agradeço a presença do deputado Evangelista Siqueira, que esteve presente conosco, pois a apresentação desse relatório é obrigatória. E, hoje, eu quero dizer para os Deputados, e convido os deputados Soldado Sampaio, Gabriel Picanço, Jorge Everton e Izaías Maia para, hoje, às 15 horas, pontualmente, fazermos a visita técnica à Cadeia pública, trabalho da CPI do Sistema Prisional. A CPI tem os seus poderes, nós vamos, inclusive, levar a força policial, a imprensa e nós estaremos lá para ver a situação in loco. Convido os demais Deputados que queiram participar dessa visita técnica, que possam se fazer presentes, o convite é extensivo a todos os membros desta Casa. Nossa CPI está em pleno funcionamento, gostaria contar com o apoio dos Deputados e Deputadas desta Casa. Obrigada!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Já fomos informados, será dado todo o apoio necessário para o desempenho dessa CPI.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado, tenho acompanhado essa discussão do atraso do duodécimo para o estado, como também é preocupante o atraso da folha de pagamento dos servidores da administração direta e indireta. Sabemos, também, a crise pela qual o País passa com a queda de arrecadação do FPE, como também o bloqueio das contas do Governo do estado por falta de pagamento das dívidas da união, ou seja, é uma situação calamitosa para qual que precisamos encontrar uma saída, sabendo que não tem como descumprir o que está na Constituição, é Lei, o governo tem que mandar o duodécimo dos Poderes ou, na pior das hipóteses, desenvolver um canal de diálogo dando uma justificativa do porquê do atraso no repasse do duodécimo. Não tive conhecimento do conteúdo, na íntegra, desse documento. Os Poderes podem fazer o que quiserem com o seu duodécimo, não cabe ao outro interferir, mas ao Presidente do Poder dar satisfação desse duodécimo, cabe ao Ministério Público fiscalizar a Casa. Ou seja, se apimenta essa discussão com uma fala entre política oposição e situação. A situação diz que não tem dinheiro porque diminuiu a arrecadação, a oposição diz que tem dinheiro, mas não tem é prioridade de pagar o duodécimo. Nessa discussão a gente precisa ser bem objetivo, pois estamos falando de números. Então, nesse sentido, quero propor a convocação do secretário da Fazenda, por parte do Plenário, para expor por A mais B o que o governo recebeu de repasses federais, arrecadação própria, como está sendo gasto esse dinheiro, o que é dos poderes, o que está sendo usado com despesas pessoais, o que foi pago de dívidas anteriores, para podermos, com maior clareza, mediante esses dados, desenvolvermos uma discussão aprofundada, e então tomar as providências devidas que cabem a este Poder e aos demais poderes também. É uma forma de se evitar que fique só na discussão que, às vezes, pega um viés político, pois sabemos que ninguém está disposto a abrir mão de um centavo, nem o executivo, nem o legislativo e nem os demais Poderes. Isso termina, às vezes, sendo uma queda de braço, e isso não é um bom argumento para discutirmos, pois temos uma outra questão que pode ser politizada que dá causas ou motivos para A ou B se posicionar. O duodécimo tem que ser cumprido, é simples, temos que descobrir o que está acontecendo. Por isso queria deixar essa sugestão para que a Mesa Diretora convide o Secretário da Fazenda para vir a esta Casa.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Sampaio, nós nos antecipamos e aprovamos um Pedido de Informação, dando cinco dias para que o Secretário da Fazenda informe a este Poder todas as despesas que o estado teve, bem como todos os pagamentos que o estado fez de janeiro deste ano até agora. O que o estado pagou de empresas este ano e quanto o Estado arrecadou de ICMS, às fontes não temos o acesso. Caso o Secretário não nos repasse essas informações, aí sim, nós vamos fazer uma recomendação oficial ao Ministério Público, porque incide em crime de responsabilidade uma vez que o plenário aprovou, aí não vamos mais convidar, e sim convocar o Secretário para que, no prazo de 24 horas, compareça ao Poder Legislativo.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Presidente, que ironia do destino, Deputado Sampaio era um crítico no Governo passado, sequer olhava esses detalhes. Olhem o crescimento do deputado Sampaio agora na situação, sugerindo todas essas atitudes que devemos tomar. Parabéns, Deputado Sampaio. Mas, quero dar uma sugestão aqui, nós temos um instrumento que

é o nosso controle externo que nós podemos usar, determinar ao Tribunal de Contas do Estado que faça um levantamento criterioso desde janeiro e encontre todas as receitas, inclusive, sobre o imposto de renda retido na fonte dos servidores, não só dos servidores estaduais, mas também dos federais que estão cedidos para o estado, que são de quatro mil, e esse imposto entra como recurso próprio do Governo do Estado. As taxas que são recolhidas em várias secretarias que não constam. Então, quero parabenizar a postura do Deputado Sampaio que era um crítico do Governo Anchieta e hoje colabora com este Poder dando sugestões como esta, como ele radicalizava, agora ele vê o outro lado da moeda. É bom. Essa é a democracia do País.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – A diferença, Deputado, é eu me preocupava em buscar dados, não subia na Tribuna se não tivesse uma pena de papel mostrando no dia a dia repasse do FPE, arrecadação própria, fazia isso com muita clareza. Vejo um ou outro colega fazer acusações no gogó, não procuram dados, eu procurava e tenho dados. Por isso, estou sugerindo a convocação do Secretário porque sei a situação pela qual passa o estado, estamos em um período de vaca magra, coisa que não aconteceu no Governo anterior.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Sampaio, deixa eu explicar para o senhor. O senhor não estava na sessão, mas todos os dados que o senhor mencionava na tribuna, ainda há pouco mencionei aqui. Tenho todos os dados de arrecadação e repasses, dos dias 10, 20 e 30 deste mês e dos meses anteriores e, se Vossa Excelência quiser, eu faço chegar no seu gabinete ainda hoje. Eu tenho todos os repasses, os repasses que nós temos em relação ao Governo passado, não sofreram nenhuma variável, a não ser um índice maior que varia de uma alíquota de 5 a 6% a mais do que se arrecadou no ano anterior. Esses são dados que nós colocamos aqui.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor presidente, na época, a oposição criticava, eu era líder do Governo Anchieta, mas criticavam, por exemplo, a falta de recolhimento e a dívida com o Instituto de Previdência do Estado e eu mostrei com dados, ele está dizendo que não tinha dados, mas mostrei com dados que a dívida era do governo Flamarion Portela e do Governo Neudo Campos. O Deputado Flamarion veio criticar, o deputado Sampaio, mas mostrei com dados que era o contrário, o governo Anchieta estava pagando dívida de governos anteriores.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputados, essa é uma discussão tão velha, tão óbvia também. Eu sei o seguinte: é muito fácil, governo não tem nome. O estado é estado, seja de quem for a dívida, é do estado. Se alguém fez dívida ou indevidamente, que pague dívida ou indevidamente, não é de Governador. A gente não tem condição de pagar a dívida de governador nenhum, mas sim a dívida do estado. Agora, eu, às vezes, tenho ficado muito calada, porque como disse o Deputado Jalser, “nós arrecadamos a mais!” Ouvi também o Deputado Joaquim dizer: “nós temos o controle externo e também o Tribunal de Contas que pode levantar para a gente”, mas essa é a função da assembleia. Quem tem que buscar as informações somos nós, não o Tribunal de Contas, porque a gente chega e diz o quanto arrecadou, nós sabemos que arrecadou, a gente sabe que tem FPE, tá, e aí? O que eu quero saber, deputado Jalser, é realmente o quanto a gente arrecadou e o quanto a gente pagou, porque nós também tivemos despesas imensas que esta Casa aprovou dos anos passado para cá, tem muita coisa. Então, a gente tem que ter, realmente, a visibilidade, é função nossa, que é para a gente não ouvir. Eu, às vezes, fico até ouvindo: “chegou tanto”. Mas, não sabemos quanto o estado paga de folha para nós sugerirmos também: reduz a tua despesa. A gente nem sabe. Será que tem tanto dinheiro sobrando? A gente tem que achar o diabo desse dinheiro, já que está sobrando tanto. Eu não acredito que chegue dia 30 e a gente não consiga mandar o duodécimo dos poderes, sabendo o risco que corre, pois é constitucional, sabendo o risco que corre em atrasar a folha, porque é queimação, principalmente em ano de eleição, que é o costume da gente falar. Então, a Assembleia tem que exercer isso, tem que saber como o dinheiro está sendo gasto, que é fácil, essa é função nossa. Aí, depois, nós podemos abrir a boca e dizer que há muito dinheiro no estado, mas, agora, vamos ter que achar o danado desse dinheiro. Obrigada.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Obrigada, Deputados. Peço ao departamento técnico desta Casa que encaminhe e protocole o ofício que a Governadora pede ao Poder Legislativo que contenha as suas despesas, para que os Deputados tomem conhecimento de todo o ofício encaminhado para esta Casa. Não havendo mais nenhum deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais, e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 31 de agosto à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurilena Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**